

**AS TENSÕES GERADAS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À GESTÃO DA ÁGUA:
ESTUDO OBSERVACIONAL DO DOCUMENTÁRIO FLOW LOVE OF WATER**

LAÍSE LUCIENE COSTA DE LIMA MAIA

laiseluciene@hotmail.com

ODERLENE VIEIRA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA

oderlene@hotmail.com

AS TENSÕES GERADAS PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À GESTÃO DA ÁGUA: ESTUDO OBSERVACIONAL DO DOCUMENTÁRIO FLOW LOVE OF WATER

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a partir do documentário “Flow: for Love of water” (2008) uma reflexão acerca da problemática da água na atualidade no tocante à sua gestão, bem como sobre os interesses que subjazem a esta gestão. Em linhas gerais, o documentário atenta para a crise da água no planeta, que se apresenta como um dos grandes desafios deste século, bem como, mostra, quão alheios estão a mídia como também a sociedade, para tal questão. Optou-se por uma abordagem qualitativa e pela análise do discurso de orientação francesa, para analisar o material coletado por meio da observação não participante. Considera-se, portanto, a escassez da água e a sua ausência, como uma representação de veracidade presente neste documentário, de forma que esta veracidade possa promover uma identificação do telespectador com os temas centrais abordados no documentário em questão. Com base nos achados da pesquisa foi possível compreender que, reside no discurso de escassez da água uma falseabilidade, que serve a interesses diversos, onde tal discurso implica em legitimar o poder político da classe dominante, ajudando a criar racionalidades que vão de encontro ao compromisso com a justiça social.

Palavras-chave: Água. Sociedade. Responsabilidade Social. Desenvolvimento Sustentável.

THE VOLTAGES GENERATED BY PUBLIC POLICIES AGAINST WATER MANAGEMENT: OBSERVATIONAL STUDY OF DOCUMENTARY FLOW LOVE OF WATER

ABSTRACT

The aim of this work is to present a reflection on the water issue in the present day regarding its management, as well as on the interests that underlie this management. In general, the documentary focuses on the water crisis on the planet, which presents itself as one of the great challenges of this century, as well as shows how alien the media as well as society are to this question. We chose a qualitative approach and the French orientation discourse analysis to analyze the material collected through non-participant observation. Water scarcity and its absence are therefore considered as a representation of veracity present in this documentary, so that this truth can promote an identification of the viewer with the central themes addressed in the documentary in question. Based on the findings of the research it was possible to understand that, in the water scarcity discourse, a falsifiability exists, serving diverse interests, where such discourse implies in legitimizing the political power of the ruling class, helping to create rationalities that meet the commitment with social justice.

Keywords: Water. Society. Social Responsibility. Sustainable Development.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o documentário "Flow: for Love of water" as atividades antrópicas da sociedade contemporânea vem sendo o cerne de uma questão deveras desafiadora, que reside em se atingir um estágio de desenvolvimento sustentável. Destarte, é possível que não haja um único ecossistema intocado, seja parcial ou totalmente por ações humanas.

Esta interferência antrópica, a exemplo da contaminação de corpos d'água e de aquíferos, poluição do solo, da água, do ar, desmatamentos, contaminação dos alimentos, entre outros, implica em impactos socioambientais muitas vezes irremediáveis e que se alastram por décadas (CAVALIERI FILHO, 2012). Estes impactos advindos ao mesmo tempo das atividades produtivas refletem sobremaneira na biodiversidade, na redução dos recursos naturais e nas condições de vida e de sobrevivência da sociedade.

Há por outro, um contraponto aí instaurado, pois, se por um lado, já se percebe uma consciência por parte dos indivíduos acerca destas questões, há por outro, a presença latente da prática do consumo, tão corriqueiro na vida desta sociedade contemporânea, o que resulta em um volume de descarte de materiais das mais variadas tipologias e que requerem os mais variados tipos de tratamento e descarte.

Colombo (2012, p. 32) ressalta que, "apesar de todas as transformações ocorridas nos últimos séculos, o homem contemporâneo continua conectado a um modelo tradicional e conservador, que determina padrões de comportamento com relação aos modos de produção e consumo.

Nesse sentido, faz-se pertinente ressaltar, a compressão sofrida, tanto pela sociedade, quanto pelos recursos naturais, causada pelo sistema produtivo, quando o estoque de matéria-prima é desfacelado, com fins de produção de bens, que retroalimentam o crescimento econômico, onde este crescimento por sua vez, alimenta com o capital o sistema produtivo.

Frente a esse contexto, esta pesquisa elegeu como objetivo apresentar uma reflexão acerca da problemática da água na atualidade no tocante às políticas de gestão hídrica, bem como sobre os interesses que subjazem a esta gestão retratado no documentário "Flow: for Love of Water".

A operacionalização do uso de filmes pode revestir-se de validade e utilidade para o pesquisador, em razão da agilidade e isenção da revisão das percepções e descrições, com o ato de voltar às cenas, tantas vezes quantas sejam necessárias, para a minimização das interferências e a maximização do trato dos dados direta ou indiretamente observáveis (LEITE; LEITE, 2007).

Este artigo está disposto da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica que fornece embasamento ao trabalho; em seguida, relata-se os procedimentos metodológicos. Posteriormente, apresenta-se a análise observacional e por fim, são tecidas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A água: uma visão mundial

Em 1997 a ONU realizou a Conferência de Mar del Plata, para tratar de assuntos acerca da água, mas os debates não trouxeram grandes relevâncias e até mesmo na década de 90, os documentos *O Nosso Futuro Comum* (1987), a *Carta da Terra* (1992), a *Agenda XXI* (1992) tratam de maneira incipiente o tema, se comparado ao tratamento dispensado a partir dos anos 90 que entende a água como um mote para guerras futuras (PORTO-GONÇALVES, 2008).

O planeta Terra, quase totalmente coberto por águas de rios, lagos, oceanos, arroios e sangas, além do gelo das calotas polares e das águas da chuva, é constituída basicamente de água salgada dos mares ocupando 97% do total, e que, por conter sal, está imprópria ao consumo direto e água doce dos rios, lagos e subsolo. Assim, a água utilizável está nos rios, nos lagos, nas águas da chuva e na água subterrânea. No entanto, elas todas juntas correspondem a apenas 1% do volume de água doce. Ademais, as reservas de água estão cada vez mais sendo utilizadas, de 1900 a 1995 a quantidade de água utilizada aumentou para seis vezes mais (duas vezes mais o índice de aumento populacional) e duas vezes mais desde 1975 porém a sua renovação não alterou o nível dos recursos hídricos (VICTORINO, 2007).

O ser vivo é constituído em sua maioria por água, além disso, os ambientes aquáticos em todo o mundo são utilizados com fins de abastecimento de água, navegação, irrigação, geração de energia, destarte as ações antrópicas vem paulatinamente, ameaçando tal recurso natural, ocasionando prejuízos à humanidade (MORAES; JORDÃO, 2002).

Porto-Gonçalves (2008) afiança que alguns grupos empresariais, utiliza-se do pressuposto de que, cada vez mais pessoas se aglutinam em alguns pontos do espaço geográfico por efeito da urbanização, e nesse sentido demonstram um forte interesse pelos serviços de gestão da água.

Ainda que parcelas significativas das populações recém sub-urbanizadas estejam impedidas, pelo empobrecimento a que se vêm submetidas, de se constituírem em mercado consumidor que pague pela água, o fato da população estar aglomerada cria a possibilidade de que um mesmo investimento em redes de distribuição ou de saneamento possa atingir um número maior de pessoas. Essa relação custo benefício, leva a que a gestão dos serviços de água e esgoto se torne interessante para aqueles que vêm nisso oportunidade para ganhar dinheiro. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 3).

O tema água vem tomando posição de destaque, não só pelos desafios que em torno dela se colocam para a humanidade, mas, sobretudo, pelos interesses, inclusive geopolíticos e geoestratégicos, implicados. A guerra pela água acontece agora, no presente, e nessa guerra quem está no centro das batalhas são os membros dos organismos multilaterais, onde o cenário é representado através do BID, do BIRD, da ONU, do FMI e da OMC, que com seus projetos, associam-se às multinacionais atuantes nesse segmento e que vêm se esmerando na conformação de novas formas de regulação com uma nova institucionalidade cujo eixo central está na tentativa de privatização dessa riqueza e na sua mercantilização (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 4).

Ademais, os países periféricos têm ficado a mercê deste cenário devido a sua dependência relativa à dívida externa, que é reflexo de um colonialismo e imperialismo, onde

os organismos multilaterais supracitados vêm procurando dar forma institucional a essa nova desordem mundial. Afinal, já não há metrópoles como na era colonial e imperialista, até porque estamos diante da mundialização das contradições e dos conflitos. Não olvidemos, todavia, que a quase totalidade das empresas chamadas multinacionais têm suas sedes com registro nos países hegemônicos. Há, assim, muito de império no novo imperialismo. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p 4).

É mister ressaltar que, estes mesmos organismos multilaterais que, até a década de 80, apregoavam que o papel do Estado era fundamental ao desenvolvimentismo, mudaram a lógica do seu discurso, apontando na direção de políticas de ajuste estrutural de caráter privatizante, condenando a ação estatal. Inúmeras mobilizações vem ocorrendo numa postura contrária a essas políticas tão controversas, a exemplo do plebiscito contrário à privatização no Uruguai e da Guerra da Água em 2000 na cidade de Cochabamba na Bolívia quando se deu a expulsão da companhia Bechtel e a reapropriação social da água.

Inúmeras mobilizações vem ocorrendo numa postura contrária a essas políticas tão controversas, a exemplo do plebiscito contrário à privatização no Uruguai e da Guerra da Água em 2000 na cidade de Cochabamba, na Bolívia, quando se deu a expulsão da companhia Bechtel e a reapropriação social da água.

2.2 O Mundo Nebuloso das Corporações: na contramão da lógica sustentável

Atualmente as corporações se deparam com um desafio que reside entre a competitividade e a sustentabilidade, mas ao mesmo tempo, a urgência em se obter uma sustentabilidade exige que estas empresas repensem a sua prática, que deve ir além da lógica econômica. Contudo, falar das corporações na contemporaneidade é perceber não apenas o seu sucesso e assertividade, mas é pertinente que se possa vislumbrar aquilo que se pode chamar de lado nebuloso, que Banerjee (2008) define como crimes corporativos, muito embora, estes aconteçam sobre a égide da racionalidade, ocorrendo dentro da práxis organizacional cotidiana.

Banerjee (2008) afirma ser estas práticas, formas contemporâneas de acumulação organizacional que envolve a desapropriação e a subjugação da vida ao poder da morte.

Pode-se afirmar que não há um único caminho que leve ao desenvolvimento sustentável, mas sim, o uso de várias lentes; para tanto, são apontados três pilares que o alicerçam: O *status quo*, o reformista e o transformista; no pilar *status quo*, nem sociedade nem meio ambiente necessitam de mudanças e os ajustes nos padrões de produção e consumo podem ser realizados sem drásticas mudanças (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). No pilar reformista, é necessário que haja a princípio, informação e conhecimento, a fim de que se possa promover mudanças tanto na dinâmica social quanto na política, mesmo que a longo prazo. E para o pilar transformista o cerne da questão sustentabilidade está em como os indivíduos se inter relacionam e de como se relacionam com o ambiente e para tanto faz-se necessário uma transformação na estrutura socioeconômica (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

2.3 Os Conflitos Socioambientais e Suas Interfaces Frente ao Crescimento Econômico e ao Desenvolvimento

A globalização experienciada pela sociedade contemporânea, trás a reboque, conflitos socioambientais como resultantes de um desenvolvimento, e de um exponencial crescimento econômico em nível macro. Há uma relação determinista de subordinação à luz do desenvolvimento capitalista, que tem o mundo ocidental como ator principal e o não-ocidental como coadjuvante (MIZOCZKY, 2010).

Em contrapartida, sob um mesmo cenário, atores sociais, vêm buscando desveladamente, desmistificar o “velho” discurso apregoado acerca do que seja desenvolvimento, e suas interfaces, as quais, só vêm a reforçar sobremaneira, o descaso para com os sujeitos sociais, bem como, com relação à satisfação das suas premissas, por uma vida harmônica (MIZOCZKY, 2010).

Este discurso desenvolvimentista foi imperativo, pois serviu como métrica, para parametrizar, o que é tido como subdesenvolvimento ou por assim dizer, este discurso, serviu de pressuposto para retroalimentar a lógica da existência de um mundo superior e um inferior, onde a subordinação do segundo relativo ao primeiro se dá, mesmo que as relações de produção estejam travestidas para reforçar esta relação de predatismo (SANJAY; SETH; DUTTON, 1998).

Assim, a relação de dependência resulta em mais dependência, onde pensar irromper esta relação seria a própria supressão das relações. De tal modo, percebe-se evidente, o reforço um modelo hegemônico, calcado no capitalismo e travestido nas vestes desenvolvimentistas, que estimula novas tecnologias, o aumento do fluxo de capital, o uso de sementes selecionadas, a mais valia, a acumulação de bens entre outros, e que não tem como premissa uma vida holística que propendam a nutrir o bem viver (MIZOCZKY, 2010).

Diante do exposto, surge uma inquietação: se há de fato, uma real intenção de proteção ambiental e inclusão social, como tem sido apregoado no “novo” discurso desenvolvimentista ou se estaria esse modelo, apenas sendo reforçado e fortalecido criando racionalidades que procuram mascarar ou negar os efeitos perversos do capitalismo, como a exploração dos indivíduos e a destruição da natureza.

2.4 Responsabilidade Social Corporativa: desmistificando as suas ações

Muito se lê atualmente sobre políticas e ações de responsabilidade social corporativa e como estas práticas podem confluir para um capitalismo sustentável. Embaladas pelo discurso de somar esforços a fim de implementar ações sociais, as empresas vêm buscando essa prática, e estas ações assumiram um caráter imperativo na elaboração do planejamento corporativo e tem se tornado atraente para muitas empresas. Porém, o discurso contemporâneo de responsabilidade social corporativa, tem um cunho estrategista de gerar situações de ganha-ganha, onde, a atual estrutura e a finalidade das corporações é projetada para entregar valor para os acionistas, o que limita a capacidade da empresa para buscar objetivos sociais (SERPA; FOURNEAU, 2007).

Para Ashley et al. (2003) a responsabilidade social corporativa deve englobar toda e qualquer ação da empresa que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo, ou a alguma comunidade de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (ASHLEY et al., 2003, p. 6-7).

Conforme a política econômica vigente, as empresas atendem aos propósitos dos que a comandam, onde o cunho subjacente à justiça social, é o de gerar riquezas à um segmento da sociedade à custa de outro. Há poucas evidências de que as empresas sofram punições por violar os direitos humanos, ao contrário, estas empresas, como forma compensatória, se utilizam de boas práticas sociais, como que acobertando a sua má conduta, onde as políticas globais alimentam a dinâmica do poder (BANERJEE; 2014).

Além disso, mesmo com a notoriedade e força que conquistou, as ONGs com suas bandeira de justiça social, ainda não conseguem interferir nas políticas globais. Ademais os interesses setoriais têm dominado a agenda pública. É imprescindível que volte o olhar para o real valor destas ações sobre a sociedade e não, o de continuar a se cultivar o desempenho financeiro atrelado à responsabilidade social como tem ocorrido (BANERJEE; 2014).

Deste modo, faz-se pertinente lançar um questionamento, se haverá uma forma de se fazer responsabilidade social corporativa, não como fachada, mas com neutralidade, autonomia, enquanto necessidade precípua.

2.4 Desenvolvimento Sustentável e Economia verde: a lente através do caleidoscópio capitalista

A sociedade contemporânea tem vivido uma forte crise ambiental sem precedentes, em vistas de um tão apregoado conceito de modernização, que vem sendo imposto pelo ocidente, e que vê o progresso como sinônimo da utilização de tecnologias como resolutivo, para amenizar as demandas emergidas do desenvolvimento (MIZOCZKY; BOHM, 2012).

Esse discurso desenvolvimentista vem crescendo paulatinamente e em ordem exponencial, nutrindo as dificuldades geradas com o processo de desenvolvimento. Atores

sociais se manifestam contrariamente às consequências desse modelo, que só vem a reforçar a degradação socioambiental. É fato, que debates e acordos entre várias nações, assoalhados pela ONU, vem resultando na institucionalização das questões ambientais, e nesse viés, o conceito de economia verde vem sendo politicamente instrumentalizado como incubador de estratégias ambientalmente adequadas (MIZOCZKY; BOHM, 2012).

Ou por assim dizer, decisões tomadas durante a ECO 92, por exemplo, alicerçaram acordos, políticas e programas ambientais, onde houve a legitimação de apenas parte destas bases, e que abarcou uma proposta guarda-chuva, que compreende a manutenção da ordem social e a proteção ambiental, e que Bernstein (2002) cognomina de compromissos do ambientalismo liberal.

Outrossim, fica perceptível a dialética implícita no conceito de economia verde, onde há uma clara acomodação político-institucional, mas há ao mesmo instante, uma imperativo em se conceber um novo arquétipo de gestão ambiental viável, com diretrizes claras e devidamente adequadas às inópias socioambientais e não apenas aos grupos econômicos e políticos. E ademais, no caso em questão, o capitalismo apenas se traveste de “verde”, e reforça uma exploração supostamente “sustentada”, convertendo a natureza, em uma grande teia de commodities. Em contrapartida a isso, tem-se claro os preceitos do desenvolvimento sustentável, que propõem de modo desafiador, uma sinergia entre a defesa dos objetivos sociais, ambientais e dos negócios (BERNSTEIN, 2002).

Nesse contexto, vale destacar Hoedeman (2012) quando menciona que a Rio+10 foi descrita na época pelo presidente do United Nations Environmental Programme (UNEP) como a maior feira de negócios do mundo, onde mais de 100 diretores das maiores corporação e outros 600 gestores de empresas compareceram para disseminar mensagens de que estariam agindo voluntariamente para resolver os problemas ambientais e que regulações governamentais não eram necessárias.

Partindo do exposto cabe refletir, sobre quais contributos o conceito de economia verde vem a fornecer, enquanto fomentador de políticas públicas efetivas de proteção ambiental para que se possa impetrar o desenvolvimento sustentável.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho optou-se por uma abordagem qualitativa, descritiva, pois esta busca favorecer a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos durante a investigação (MINAYO, 2002).

Dentre as várias metodologias inerentes à pesquisa qualitativa, elegeu-se o estudo de caso descritivo, pois “apresenta um relato detalhado de um fenômeno social que envolva, por exemplo, sua configuração, estrutura, atividades, mudanças no tempo e relacionamento com outros fenômenos” (GODOY, 2006, p. 124).

Quanto à técnica de coleta, empregou-se a observação indireta, não participante, considerada de segunda-mão e proveniente de fotografias, vídeos ou filmes (FLICK, 2004).

Para o tratamento dos dados lançou-se mão da análise do discurso de orientação francesa. O discurso é um suporte abstrato que dá sustentação aos textos que circulam em uma sociedade (GREGOLIN, 1995).

4 ANÁLISE OBSERVACIONAL À LUZ DA TEORIA

O documentário Flow: for Love of water, tem a direção de Irena Salina e produção de Steven Starr, foi lançado em 2008, tendo a duração de 84 minutos. O mesmo ganhou o prêmio do grande júri no Festival de Cinema de Mumbai Internacional e o prêmio do Júri para melhor documentário no Festival de Cinema das Nações Unidas.

O filme concentra-se no grande negócio de privatização da infra-estrutura de água que prioriza os lucros sobre a disponibilidade de água limpa para as pessoas e o meio ambiente. As grandes empresas retratadas no filme são a Nestlé, a Coca-Cola, Suez entre outras, além da mensão feita ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

FLOW lançou a campanha Direito à Água para adicionar um artigo 31º à Declaração Universal dos Direitos Humanos a fim de impedir que seja subtraído da sociedade, o direito à segurança hídrica, por meras questões econômicas.

O artigo 31 foi lançado nos cinemas pela Labs Oscilloscope, em setembro de 2008 e em 28 de julho de 2010, uma resolução foi apresentada pela Bolívia e co-patrocinada por 35 países, chamando a Assembleia Geral da ONU a reconhecer o direito à água.

Apesar da oposição dos EUA, Reino Unido e seus aliados, a resolução foi aprovada com o apoio de 122 países, representando mais de 5 bilhões da população mundial.

Assim, neste documentário fica evidente que a questão relativa ao desenvolvimento sustentável requer uma revisão urgente. No tocante a água potável do planeta, não é diferente.

Está acabando. Faremos de tudo, daremos de tudo, as poupanças, as casas, pela água. Sem água não teremos nada; não há vida nem cultura; não há sociedade nem economia. Sem água o planeta não seria o que é. (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Em Assembléia Geral realizada com 163 países, em 2010, por um texto sobre o direito humano à água e ao saneamento, foi manifestado uma profunda preocupação pelo fato de que cerca de 884 milhões de pessoas não tinham acesso a água potável e mais de 2,6 bilhões não tinham acesso ao saneamento básico. Tendo em mente o compromisso de alcançar plenamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, expressou o alarme de que 1,5 milhão de crianças menores de cinco anos morreram a cada ano como resultado de doenças relacionadas com a água e o saneamento, reconhecendo que a água potável segura e o saneamento eram integrantes para a realização de todos os direitos humanos (UNITED NATIONS, 2010).

O desenvolvimento sustentável suscita que, frente às transformações políticas e sociais, deve-se em paralelo atentar para o fato de que esses aspectos não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades (JACOBI, 2003).

Deixe-me entender: A Suez construiria um projeto de 80 milhões de dólares. Não o fizeram e desviaram as águas ao rio que desemboca no lago Titicaca? - Isso mesmo. É o rio que atravessa toda a cidade; fazem o mesmo em torno dele (FLOW FOR LOVE OF WATER).

É clara a complexidade subjacente às transformações, em que o nosso planeta encontra-se cada vez mais afetado e ameaçado pelos riscos socioambientais e seus impactos (JACOBI, 2003).

Um dos problemas é a quantidade de vírus e bactérias presentes na água que vem de produtos químicos. Cerca de 40% dos vírus estomacais ou gripe, vem da água potável. Não fazemos nada para eliminar os produtos químicos, resíduos, pesticidas, produtos farmacêuticos, desperdícios das grandes fazendas ou plantas de águas residuais. Muitos não estão preocupados com o abastecimento de água, porque compram água engarrafada [...] na verdade estamos expostos a muitos produtos químicos, ao tomarmos um simples banho. Assim alguns poluentes entram através da pele. Há mais de 116.000 produtos feitos pelo homem; não sabemos como interagem [...] (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Até em países desenvolvidos, existe quem não tem acesso aos direitos precípuos de todo cidadão, a exemplo de educação, serviço de saúde, emprego, e segue afirmando que, ainda existem pessoas, sem o direito de segurança social e econômica e em consequência disto, privados de exercer o seu direito de fazer escolhas, o que implica dizer que estes estão privados da sua liberdade (SEN, 2000).

Mais de 2 milhões de pessoas morrem a cada ano, por doenças devido à água; a maioria são crianças menores de 5 anos; nos EUA há milhões de pessoas que todas

as manhãs abrem a torneira, sem saber se haverá água (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Historicamente, a gestão e a propriedade do saneamento na maioria dos países permaneceram sob a gerência dos Estados Unidos e neste país, no ano de 1995, dos 50 mil operadores, só 15% eram privados. No final dos anos 80 a privatização destes serviços na Inglaterra, a entrada do capital privado, trouxe modificações ao mercado no que concerne à operacionalização destes serviços e esse fato abriu precedentes para que as empresas francesas Suez Lyonnaise des Eaux e Vivendi (ex-Générale des Eaux) se tornassem líderes mundiais no negócio da água. Estas empresas “entenderam” a dinâmica do mercado, que era extremamente fragmentado e dirigido pelo poder público (SANCHEZ, 2001).

Os governos entregam a água como um serviço público, mas nos últimos dez anos, três grandes empresas européias começaram a fornecer água a todos buscando lucro; são muito importantes, estão entre as 100 empresas mais poderosas do mundo; são muito ricas e crescem rápido. E os países subdesenvolvidos são forçados a entregar o controle de sistemas de água à uma multinacional européia ou onde quer que seja. A Suez é uma das líderes mundiais na distribuição e tratamento de água (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Mesmo a França tendo larga tradição em serviços estatais, o abastecimento de água vem sendo gerido pela iniciativa privada desde o século XIX a exemplo da Lyonnaise e da Vivendi que estão presentes no setor desde do governo de Napoleón III, em 1853. Com essa grande experiência adquirida ao longo desses anos, no final da década de 80 com a abertura do mercado neste segmento, as empresas francesas estavam absolutamente preparadas para oferecer seus serviços (OWEN; ISKANDAR; TAYLOR, 1999).

Na Bolívia, o banco mundial obrigou a privatização. Em 1997 comunicou à Bolívia que caso não privatizasse a água em Cochabamba e El Alto, lhes negaria, os fundos de apoio financeiro (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Em 2010, o representante boliviano, que participava de uma Assembléia Geral que reunia 163 países, disse que o direito humano à água não havia sido totalmente reconhecido, apesar de referir-se a ele em vários instrumentos internacionais. A falta de acesso à água matou mais crianças anualmente do que a AIDS, a malária e o sarampo combinados, enquanto a falta de saneamento afetou 2,6 bilhões de pessoas, ou 40% da população global, ele apontou. A próxima cimeira para analisar o progresso nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve fornecer um sinal claro de que a água e o saneamento são direitos humanos, enfatizou, reiterando que o direito à água potável e saneamento era essencial para o pleno gozo da vida.

Holden, Linnerud e Banister (2016) explanam que os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas estão sob fogo. Ao tentar cobrir tudo o que é bom e desejável na sociedade, esses objetivos acabaram por ser vago, fraco ou sem sentido.

Em seguida, não só as empresas francesas, mas também algumas inglesas como a North West Water e a Thames Water, bem como a espanhola Águas de Barcelona, entraram no mercado latino americano com concessões para atuar em Santa Fé, Córdoba, Buenos Aires, Valdivia no Chile, Tucumán na Argentina, Bogotá na Colômbia, na cidade do México entre outras, bem como no mercado brasileiro, mostrando-se interessadas no tocante a privatização de serviços de saneamento (SANCHEZ, 2001).

[...] o objetivo das privatizações foi, adotar o serviço de água potável na cidade de La Paz e El Alto, mas durante todo esse processo, evidenciamos que, somente na cidade de El Alto, 208 mil pessoas foram excluídas do serviço de água potável (FLOW FOR LOVE OF WATER).

Um dos fatos que pode ter afetado negativamente nessas privatizações, no caso do Brasil, foi uma oposição pública quase generalizada que se gerou em torno do tema, quando se aventou a possibilidade de venda de estatais do saneamento, como a Sabesp, nos mesmos moldes das privatizações realizadas em outros setores como telecomunicações. No cerne de toda a discussão que perdura há mais de dez anos e que entrava a definição de um marco regulatório para o setor está a questão da titularidade dos serviços de saneamento, que pela

Constituição Brasileira pertence aos municípios; mas que, na realidade, foi transferida às concessionárias estaduais no planejamento do setor realizado nos anos 70 (VALOR, 2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, através da análise fílmica, foi possível tomar conhecimento acerca dos impactos socioambientais provocados por empresas de gestão da distribuição da água, bem como por aquelas que utilizam a água como matéria prima na fabricação de seus produtos, entendendo-se que a análise fílmica consiste em mais um recurso que propicia uma leitura mais ampla acerca das questões aqui descritas. Assim, a partir do documentário, fica evidente, o grande interesse das multinacionais em obter lucros através da apropriação dos sistemas de abastecimento de água nos mais diversos locais do planeta inclusive no Brasil, fato que só vem a reforçar a injustiça socioambiental.

Ademais, mesmo diante das mobilizações dos mais variados atores sociais contrários à privatização, os programas de privatização dos governos, continuaram a ser implementados e mesmo não estando esse serviço distribuído de forma hegemônica nas mãos de apenas uma empresa, ao contrário, concentrando-se nas mãos de muitas, tais empresas tiveram o poder e força suficientemente maior, do que o poder dos atores sociais contrários a tal serviço.

Fica evidente no documentário também, o interesse das empresas em comercializar a água, aproveitando-se do discurso de escassez da mesma, a fim de obter lucro, pois de acordo com o documentário, “a água é uma indústria global de 400 bilhões de dólares. A terceira maior depois da eletricidade e do petróleo”, deixando claro a exclusão de grande parcela da sociedade desprovida de recurso financeiro para adquirir este bem. Esse fato leva esse contingente populacional a, na falta de recurso financeiro, utilizar-se de água imprópria para o consumo humano, e com isso, ficando suscetível a doenças e até ao óbito, perfazendo um total de 2 milhões de pessoas que morrem a cada ano por doenças relacionadas à água. Destarte, ainda é perceptível que o discurso da escassez de água potável se intensifica, bem como a insegurança hídrica, fazendo com que, comunidades pobres do mundo inteiro sejam afetadas. O problema relativo às formas tradicionais de gestão da água vem se perpetuando, suscitando questionamentos e novas estratégias de políticas públicas, que venham a abarcar as comunidades que não tem acesso a este recurso natural.

Ademais, o Banco Mundial e as empresas multinacionais gerenciadoras do abastecimento de água, atuam de maneira excludente de forma a coibir a sociedade, não permitindo que esta se manifeste e participe das decisões acerca da segurança hídrica a que tem direito. Há aí um desafio a ser alcançado em termos de sustentabilidade, desafio que suscita soluções urgentes e não futuras, frente ao que vem acontecendo com o planeta.

Diante dessa questão, uma alternativa local envolvendo a participação da sociedade, é pressuposto básico na tomada de decisão, além de políticas públicas democráticas, visando o bem da sociedade e não apenas o dos grandes e poderosos grupos, e com isto, favorecendo a conservação dos recursos naturais e a justiça social.

Por fim, não pretende-se aqui esgotar o tema em questão, ao contrário, entende-se pertinente fomentar inquietações que possam vir a suscitar pesquisas futuras pois fica evidente que as tensões que envolvem o direito ao acesso à água de qualidade, priorizando a justiça social, estão menos relacionadas à aplicação de tecnologias eficazes e muito mais à implementação de políticas públicas eficientes e imparciais.

REFERÊNCIAS

Ashley, P., Queiroz, A., Cardoso, A., Souza, A., Teodósio, A., & Borinelle, B. et al. (2003). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva.

BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. **Organization Studies**, v. 29, n. 12, p. 1541-1563, 2008.

_____. Critical perspective on corporate social responsibility: Towards a governance framework. **CPOIB**, v. 10, n. ½, p. 84-95, 2014.

BERNSTEIN, S. Liberal environmentalism and global environmental governance. **Global Environmental Politics**, v. 2, n. 3, p. 1-17, 2002.

BOHM, S.; MIZOCZKY, M. C. A. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE**, v. 10, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, set. 2012.

_____. Mercados de carbon: imagens do norte e do sul. In: MIZOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Da Casa, 2010.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 166.

COLOMBO, Maristela. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. **Revista Brasileira Psicodrama**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 25-39, jun. 2012.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOY, A. A. Estudo de caso qualitativo. In.: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B. da. (Organizadores). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, Cap. 4 (p.115-146).

GREGOLIN, Maria do Rosario. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

HOEDEMAN, O. **Rio+20 and the greenwashing of the global economy**. January 2012. Disponível em: <<http://www.tni.org/article/rio20-and-greenwasghing-global-economy>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

HOLDEN, Erling; LINNERUD, Kristin; BANISTER, David. The Imperatives of Sustainable Development. **Sustainable Development**, v. 25, n. 3, p. 213-226, 2017.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping dfferent approaches. **Sustainable Development**, v. 13, p. 38-52, 2005.

_____. (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEITE, Nildes R. P.; LEITE, Fábio Pitombo. Um Estudo Observacional do Filme Denise está Chamando à Luz da Teoria de Ação de Chris Argyris e Donald Shon. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. Especial, p. 77-91, 2007.

MIZOCZKY, M. C. A.; Desenvolvimento: conflitos socioambientais e perspectivas em disputa. In: MIZOCZKY, M. C. A.; FLORES, R. K.; MORAES, J. **Organização e praxis libertadora. Porto Alegre: Da Casa, 2010.**

OWEN, D.; ISKANDAR, S.; TAYLOR, A. **Por todo el planeta, privatizaciones con acento frances.** Jornal *El Clarin*. Buenos Aires, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina.** Observatorio Latinoamericano de Geopolítica (OLAG) – UNAM. México, 2008. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/Wporto1.pdf>>. Acesso em: 07/01/2015.

SANCHEZ, O. A. A Privatização do Saneamento. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8593.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

UNITED NATIONS. **General Assembly Adopts Resolution Recognizing Access to Clean Water**, Sanitation as Human Right, by Recorded Vote of 122 in Favour, None against, 41 Abstentions. 2010. Disponível em <<http://www.un.org/press/en/2010/ga10967.doc.htm>> Acesso em: 07 jan. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SERPA, Daniela Abrantes Ferreira; FOURNEAU, Lucelena Ferreira. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Revista de Administração Contemporânea [online]**, v.11, n.3, p.83-103. 2007.

VALOR. Análise Setorial. Saneamento Básico: estrutura, perspectiva e perfis de empresas. São Paulo: Copyrigh Valor Econômico S.A, 2006.

VICTORINO, C. J. A. **Planeta água morrendo de sede: uma visão analítica na metodologia do uso e abuso dos recursos hídricos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.